

# ACTAS DO I ENCONTRO INTERNACIONAL «HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO NO VALE DO DOURO» II

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto  
■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Com o patrocínio da JNICT

**DIRECÇÃO:**

Fernando Bianchi de Aguiar (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)

Alberto Amaral (Reitor da Universidade do Porto)

José Manuel Gaspar Torres Pereira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

**COORDENADOR:**

Gaspar Martins Pereira (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP)

**CONSELHO DE REDACÇÃO:**

António Barreto (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

António Vilela de Matos (Pró-Reitor da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro/Documentação e Extensão)

Artete Mendes Fala (Depart. de Indústrias Agro-alimentares/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Alberto Brochado de Almeida (Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Melo Brito (Faculdade de Economia/Universidade do Porto)

Conceição Andrade Martins (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Fernando Bianchi de Aguiar (Instituto do Vinho do Porto/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Francisco Ribeiro da Silva (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

François Guichard (Universidade de Bordéus III/Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia)

Jean Lave (Social & Cultural Studies/Universidade da Califórnia - Berkeley)

João Rebelo (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

José Portela (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Luis Miguel Duarte (História Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Norman R. Bennett (Departamento de História/Universidade de Boston)

Nuno Rizarro de Magalhães (Depart. de Fitotecnia e Eng. Rural/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Vital Moreira (Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra)

**SECRETARIADO:**

Natália Favrelle Costa, Paula Montes Leal

**PROPRIEDADE:**

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**EDIÇÃO:**

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto ■ Apartado 55038 ■ 4150 PORTO Codex – PORTUGAL

Telefone e fax.: (02) 6077156

**Composição:** Edições Afrontamento

**Impressão e Acabamento:** Rainho & Neves, Lda.

**Assinatura anual (2 números):**

**Instituições:** 3500\$00; **Indivuais:** 3200\$00

**Preço deste número:** 3000\$00

**Tiragem:** 1200 exemplares

**Depósito Legal:** 98629/96

**ISSN:** 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor.

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

# SUMÁRIO

7 Editorial

Actas do I Encontro Internacional  
«História da vinha e do vinho no Vale do Douro» II

11 Da Antiguidade à Época Pombalina  
Estações romanas na Região Demarcada a Sul do Douro  
João Viana Antunes ■ Pedro Baêre Faria

17 A viticultura nos mosteiros cistercienses do vale do Douro portugueses (século XII-XIII)  
José Ignacio de la Torre Rodríguez

29 A aldeia de Vila Cha do Couto de Salzedas, do aforamento colectivo de 1295 ao foral manuelino

47 Os vinhos no Porto: 1600-1700 (Política e administração municipais)  
Aurélio de Oliveira  
Luis Miguel Duarte

71 Vinho e fiscalidade na Época Moderna  
António de Barros Cardoso

87 O Douro e o vinho do Porto no século XIX  
Cor, corpo, e gosto. O juízo do ano na viragem do século XVIII para o século XIX  
Henrique David

95 Em torno dos direitos de alagem no Douro (Interrogações e propostas de pesquisa)  
Luis A. de Oliveira Ramos

101 Bernardo Pereira Leitão – Um notável do Porto  
Maria Antonieta Cruz

111 Guerrilheiros e bandidos no Douro na primeira metade do século XIX  
Célia Taborda Silva

123 A Califórnia e o vinho do Porto entre dois séculos  
José Morilla Critz

145 A região do Douro e os seus vinhos na história recente  
O vinho do Porto e mais alguns: gestão da imagem  
François Guichard

159 O PDRITM na RRD: contribuição para a avaliação da sua execução e dos seus efeitos imediatos  
José Portela ■ Vasco Rebelo

183 Produção de identidade no Alto Douro  
Shawn Parkhurst

193 Arquivos do Douro – Distrito de Vila Real «Presente e Futuro»  
Manuel Silva Gonçalves ■ Nuno Luis Guina Garcia ■ Paulo Jorge T. Mesquita Guimarães

203 A recuperação de uma tradição: os produtores-engarrafadores de vinho do Porto  
Luis Roseira

217 Outros vinhos  
O vinho alegria o coração do Homem – O apreço do vinho na Bíblia  
Gerardo J. Amadeu Coelho Dias

223 Os vinhos licorosos de Bordéus  
Philippe Roudié

231 A investigação sobre a Região Demarcada do Jerez na última década  
Alberto Ramos Santana

245 A investigação histórica sobre o Jerez – Xêres – Sherry entre 1868-1989  
Javier Maldonado Rosso

259 As exportações de vinho de Málaga para a Europa. Uma visão alargada (1752-1960)  
Aurora Gámez Amián





# TRAVEL



A publicação do segundo volume das Actas do 1º Encontro Internacional «História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro», realizado pelo GEHVID, em Março de 1996, no Porto e no Douro, permite-nos avaliar a diversidade e qualidade dos estudos que ali foram apresentados. No conjunto, revelam um notável dinamismo da investigação que está a ser desenvolvida sobre a região do Douro e sobre o vinho do Porto em diversas áreas do saber. O Encontro permitiu-nos ainda trocar impressões sobre outros vinhos de renome mundial, como os Xerez, os Málaga ou os Bordéus.

Além dos encontros regulares dos investigadores do GEHVID, de cujas pesquisas procuraremos ir dando conta nas páginas da revista, esperamos poder reunir um novo Encontro Internacional, em 1999.

Com este número, concluímos também a fase de afirmação da nossa revista. Os primeiros passos foram acarinhados por diversas instituições, autarquias e empresas e por muitos durieneses que acreditaram neste projecto. Além do Instituto do Vinho do Porto e das Universidades do Porto e de Trás-os-Montes e Alto Douro, que colaboraram conosco desde a primeira hora, outros apoios vieram estimular-nos a prosseguir. Entre todos, merecem destaque especial a Casa do Douro, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, os Governos Cívicos do Porto e de Viseu, as Câmaras Municipais de Vila Nova de Gaia e Peso da Régua, as empresas Ramos Pinto, Quinta da Pacheca, a Quinta do Infanzado, Sogrape/A. A. Ferreira e Wiese & Krohn. A receptividade que a revista teve na região do Douro e no sector do vinho do Porto excedeu as nossas melhores expectativas. O segundo número está mesmo praticamente esgotado.

Importa agora que DOURO – Estudos & Documentos se consolide como espaço de reflexão, divulgação e diálogo de todos os que se dedicam aos estudos durieneses, seja no domínio da história seja no de outros saberes. Como grupo editor da revista, o GEHVID tudo fará para que ela se mantenha com a regularidade prevista, esperando poder assim corresponder à confiança manifestada pelos assinantes e colaboradores.

Gaspar Martins Pereira  
(FLUP/GEHVID)









## Estações romanas na Região Demarcada a Sul do Douro

João Viana Antunes\* ■ Pedro Baãre de Faria \*

*DOURO – Estudos & Documentos*, vol. 1 (3), 1997 (2º), 11-16

Esta breve comunicação é o resultado dos trabalhos preliminares por nós levados a cabo no seio da equipa de investigação do GEHVID e que integra complementariamente elementos de recolha bibliográfica e o trabalho desenvolvido diretamente no terreno.

Daqui se retirou uma noção, porventura tênue, do que terá sido a ocupação humana na Época Romana e em períodos mais imediatamente sequenciais na região a estudar, bem como o seu possível relacionamento com aspectos económicos, no caso, intimamente ligados à produção vinícola.

Assim, estaremos perante um ponto de partida para uma investigação futura mais alargada e aprofundada no campo da prospecção, sondagem e escavação, o que permitirá obter uma noção tão completa quanto possível do que terá sido na Antiguidade e Alta Idade Média o povoamento da zona Sul do rio Douro na área definida e a sua relação com a vinha.

A bacia Sul do rio Douro evidencia uma série de vales encaixados, entrecortados por um relevo que, nas suas cotas máximas, oscila entre os 700 e os 800 metros. Em termos hidrográficos, o Cõa e o Agueda, afluentes do Douro, vitalizam, juntamente com as suas inúmeras ribeiras, uma vegetação em grande parte constituída por vinhas, oliveiras e amendoeiras, às quais se juntam o trigo, a cevada – de exploração cada vez mais infima – e uma cobertura natural de carvalhos, castanheiros, noqueiras, choupos, amieiros, freixos e salgueiros, esparsa, mas relativamente abundante.

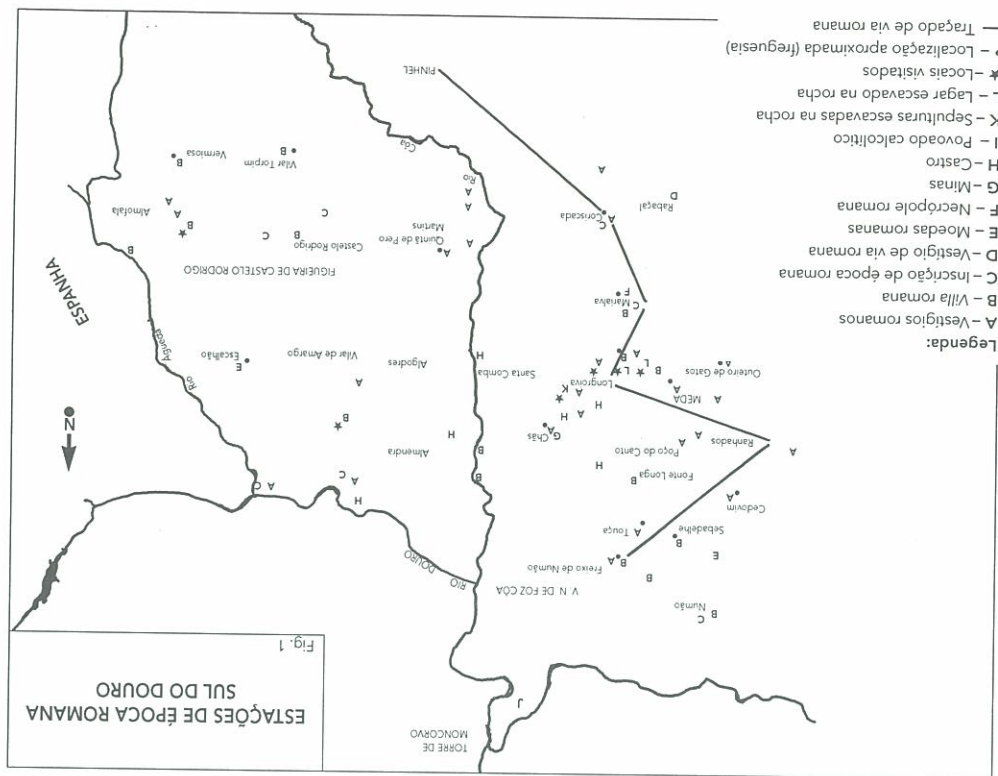
O solo xistoso predomina sobre as pequenas manchas graníticas que afloram aqui e além na paisagem, contribuindo para uma caracterização algo agressiva do relevo.

É neste tipo de paisagem coberta de giesta, tojo, urze, maia, estevas, rosma-ninho, tormentelo, bela-luz e trovisco, calcorreado pelos rebanhos de ovelhas, que emergem os pombais, testemunhos constantes da presença humana que marcam a propriedade dos seus construtores.

O povoamento, protagonizado pelas sedes concelhias de Meda, Foz Côa e Figueira de Castelo Rodrigo, agrupa-se em freguesias das quais destacamos Numão, Freixo de Numão, Cedovim, Sebadelhe, Ranhados, Longroiva, Marialva, Coriscada, Castelo Melhor, Almendra, Santa Comba, Algodres, Vilar de Amargo, Quinta de Pero Martins, Barca de Alva, Escalhão, Castelo Rodrigo e Almotala, onde o *habitat* assume a vocação nuclear da aldeia abrigada no vale, paralela-mente à dispersão que lhe é conferida pelas quintas espalhadas pela encosta e meia encosta do relevo.

É neste tipo de enquadramento que se detectam actualmente as múltiplas referências da presença do homem desde o Calcolítico à actualidade e, para o caso vertente, a variedade e quantidade de vestígios da sua permanência na Época Romana e na Alta Idade Média (Fig. 1).

Comegando pelo Concelho da Meda e reportando-nos muito concretamente a Longroiva, são detectáveis no centro da actual vila, inseridos na mota onde se



ergue o Castelo, vestígios de um muro constituído por alvenaria cuja técnica lembra o aparelho romano. A superfície do solo são ainda detectados pequenos fragmentos de cerâmica comum da Época Romana e um ou outro fragmento de tegula.

Na proximidade, no afloramento granítico onde se ergue o templo consagrado a S. Pedro, junto ao qual está a capela de Nossa Senhora do Torrão, foi detectado um conjunto de quatro sepulturas escavadas na rocha, evidenciando duas delas, sinais de um vincado antropomorfismo.

Estaremos perante um núcleo de povoamento que, evoluindo de uma ocupação da Época Romana, ganhou foros de importância capazes de sustentar uma organização paroquial? Esse conjunto de vizinhos foi suficientemente justificador da construção da defesa militar medieval? De onde terá surgido tal importância?

Longroiva é, ainda hoje, uma zona vocacionada para a exploração vinícola. As quintas do Vale da Manta, da Coitada, da Relva, da Setinha, do Meio e dos Gamoais de Baixo indicam as principais explorações agrícolas que caracterizam a mancha económica da região.

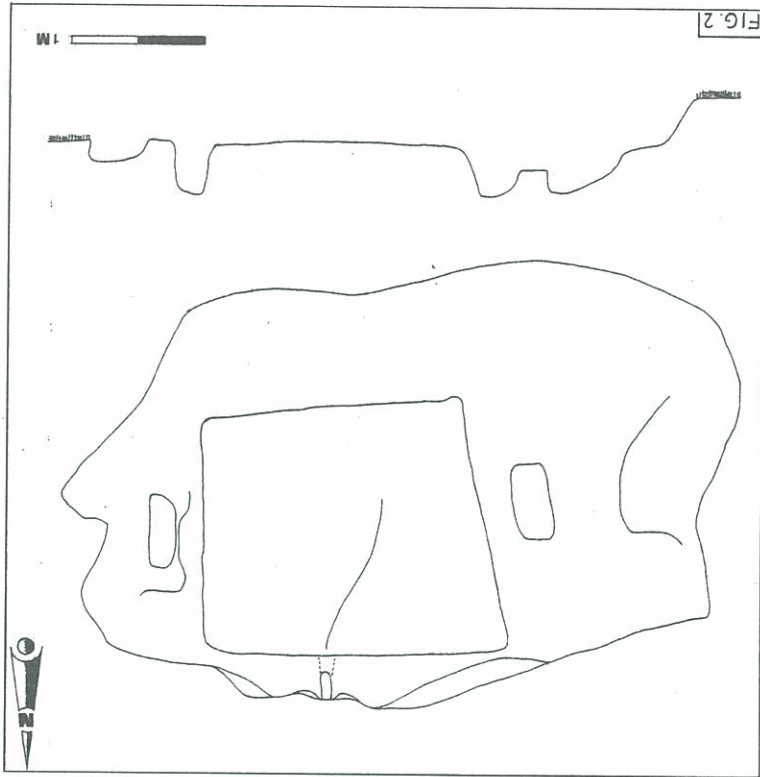
A sua localização, nas meias-encostas soalheiras e abrigadas dos ventos, torna-as locais privilegiados de viticultura. Lembremo-nos que, nos socacos da Quinta da Coitada, encontramos fragmentos de tegula e três bordos de dólito, o que, por si só, amplia o espectro dos achados de Época Romana detectados junto do castelo. De igual modo, a pequena necrópole de sepulturas escavadas na rocha que se localiza na propriedade da Quinta da Relva, atesta a permanência do povoamento até aos séculos XII/XIII.

A expressão dos achados ligados à exploração agrícola adquire uma relativa importância pela presença dos dois lagares, ambos escavados no granito, encontrados em Longroiva, um em Alagão e outro na Vinha do Celestino, ambos pertencentes à Meda.

O de Alagão está em grande parte destruído, embora seja nítido o tanque escavado num dos seus vértices, concretamente o que está voltado a Noroeste. Com uma profundidade de cerca de 10 cm e 2,20 m no seu lado mais prolongado, este lagar encontra-se, actualmente, no meio de um caminho de serventia que dá acesso aos campos.

O outro, o da Vinha do Celestino (Fig. 2), está muito bem talhado e conservado, encoberto por espessa manta de tojo. Trata-se de um tanque sub-quadrangular, de cerca de 2,00 m x 1,80 m, com uma profundidade que ronda os 40 cm. Está orientado para Norte, com o vazadouro de orifício e canal colector talhados na parede do tanque. Conserva ainda os dois encaixes rectangulares, respectivamente a Nascente e Poente do tanque, destinados a suportar, enquadrar e fixar o madeiramento da prensa.

Estes dois testemunhos que traduzem um certo dinamismo da exploração da vinha na área de Longroiva não são facilmente enquadráveis do ponto de vista cronológico, uma vez que, embora surjam contextualizados numa paisagem ainda hoje vocacionada para o cultivo da vinha, não são conectáveis com quaisquer outros achados capazes de calibrar uma época historicamente definida.



Se dúvidas houvesse quanto à presença do homem neste local em Época Antiga, Jorge de Alarcão trata de as dissipar, sinalizando a região com variados vestígios de Época Romana que, embora dispersos, atestam uma mancha de referências capazes de protagonizar uma certa pujança económica do povoamento: tégula nas Quintas, na Relva e nos Gamoads (4/68, 4/70 e 4/73), inscrição, colunas, cerâmica, pesos, mós, moedas, calçada e ponte em Longroiva propriamente dita (4/71) e um «aureus» de Adriano na Quinta do Emídio (4/72)<sup>1</sup>.  
 A Quinta da Luzia, pertencente a Almendra, passado já o Côa, está junto da Ribeira de Aguiar e é uma zona de vinha cultivada por toda a meia encosta.

■ ALARCÃO, Jorge de – *Roman Portugal*, II, [Inglaterra, s.d.], p. 55.

Nos seus terrenos xistosos, de suave pendor, foi possível – através da prospecção – detectar vários vestígios da Época Romana, disseminados por toda a área actualmente cultivada. Destaca-se a tégula e a cerâmica comum, juntamente com fragmentos de mó, um fundo inteiro e dois fragmentos de dólito.

O local, bem soalheiro e abrigado, possui características que podem sustentar – corroboradas com os achados – a ideia de uma ocupação de tipo *villa*, na Época Romana, vocacionada para a exploração agrícola da vinha e/ou da oliveira.

É de salientar a sua proximidade de vestígios de época antiga já referenciados por Jorge de Alarcão, nomeadamente em Castelo Calabre (4/45), Aldeia Nova (4/46) – mercê da inscrição encontrada na Capela do Santo Cristo, trasladada para a capela homónima existente em Barca de Alva – e as cerâmicas detectadas em Olival dos Telhões (4/47)<sup>2</sup>.

Retira-se ainda a informação prestada por Rosário Marques e Susana Cosme, pertencentes ao grupo de Arqueologia Medieval do GEHVID, a qual referencia a existência de cerâmicas da Época Romana, detectadas no lugar de Fonte da Torre (Almendra)<sup>3</sup>.

De alguma forma fica assim estabelecida uma espécie de «corredor» de ocupação do território que, na direcção Sul/Norte, é limitado por Vilar de Amargo e por Almendra.

Da prospecção efectuada em Barca de Alva salienta-se a detecção da inscrição romana inserida na Capela do Senhor Santo Cristo e proveniente de Aldeia Nova, já publicada por Dinis Cabral, um fragmento de fuste de coluna encontrado no cemitério da capela e variados fragmentos de cerâmica tarco-romana disseminados pelo olival que confina com as traseiras do cemitério. A inscrição fala-nos de um casal, Modesto, filho de Avirato, que morreu com 60 anos, e sua mulher Cornélia Gensúlia, que morreu com 50 anos. O voto foi mandado levantar por seu filho Caio Avimio Modestino e pelo Liberto de Modesto chamado Firmo<sup>4</sup>.

O conjunto destes vestígios localizados na área da Quinta da Pedra – exceptuando, pelas razões aduzidas, a inscrição, embora não repugne que esta fosse, em face dos presentes achados, mais adequada a esta contextualização – pode ser atribuídos a uma ocupação da Época Romana do Baixo Império que desenvolveu as suas actividades de sobrevivência numa zona actualmente dedicada à exploração vinícola.

A cerca de 8 km para Sudeste de Figueira de Castelo Rodrigo, ergue-se a «Torre de Almofala». Esta guarda, ao nível do envazamento, uma técnica de cons-

<sup>2</sup> ALARCAO, Jorge de – ob. cit., p. 53-54.

<sup>3</sup> Agradecemos a estas duas investigadoras a informação prestada

<sup>4</sup> CABRAL, A. A. Dinis – *Algumas notas sobre o castro do «Castelo Calabro» em Almendra*. Comunicações apresentadas ao Colóquio Português de Arqueologia 1961, Porto, 1962, p. 6-7.

trução tipicamente romana, caracterizada pela sequência de fiadas testa-peito da alvenaria. A ideia que estes elementos arquitectónicos evidenciam é da existência de uma *villa ou mansio*, cujo paralelismo de construção é identificável com o conhecido monumento de *Centum Cellae*, em Belmonte<sup>5</sup>.

Relativamente próximo, a Nordeste deste monumento, Manuel Maia coloca a existência de achados cerâmicos da Época Romana em Cabeço da Reta e em Cabeço da Prata<sup>6</sup>. Jorge de Alarcão localiza, num eixo que não se afastará mais do que 10 km para Oeste e ainda pertencentes a Figueira de Castelo Rodrigo, uma inscrição romana na Capela de Nossa Senhora da Marofa (4/95), mosaicos, cerâmica e moedas em Castelo Rodrigo (4/99) e uma ara encontrada no Convento de Santa Maria de Aguiar (4/49)<sup>7</sup>.

Isto possibilita-nos a identificação de um novo «corredor» ou eixo de ocupação, de Época Romana, desta feita em sentido Este/Oeste, com dinamismo económico atestado pelos sinais de riqueza evidenciados nos materiais de construção, esteja ele associado à mineração ou à exploração dos recursos agrícolas da região.

- 5 Actualmente em fase de escavação, aguardam-se os resultados da pesquisa para averiguar a extensão e a funcionalidade do edifício.
- 6 MAIA, Manuel – *Vilas Romanas do Território Interamniense*. «O Arqueólogo Português». Lisboa. 3ª Série, vols. VII a IX (1974-1977), p. 212-213.
- 7 ALARCÃO, Jorge de – *ob. cit.*, p. 54 e 56.



## A viticultura nos mosteiros cistercienses do vale do Douro português (século XII-XIII)\*\*

\* José Ignacio de la Torre Rodríguez

DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (3), 1997 (2º), 17-28

*Este manjar es dulce y sabe como a miel  
Contesto el aldeano: – Veneno yace en él;  
al que teme la muerte el panal sabe a miel  
Solo para ti es dulce; tú solo comes de él.*

(Arcipreste de Hita – Libro de Buen Amor. Estrofe nº 1379)

### ESTADO DA VITICULTURA NOS SÉCULOS XII E XIII

O desenvolvimento do cultivo e exploração da vinha no Ocidente medieval europeu deve-se às necessidades litúrgicas da Igreja – para consagrar o vinho, juntamente com o pão, em sangue e corpo de Jesus Cristo. Influíu também na sua rápida difusão a presença na dieta alimentar do homem medieval, ainda que muito agudado, e o prestígio que os bons vinhos davam a uma mesa nobre e a rápida comercialização, acompanhada de importantes lucros.

O seu cultivo não é fácil; requer muita atenção, sendo quase um trabalho de jardinagem sem colheita garantida. As cepas necessitam de vários anos de crescimento antes de darem uvas para consumo e qualquer mal pode deitar a perder anos de intenso trabalho. O seu cultivo só se torna rentável em função dos aspectos extraeconómicos acima mencionados.

A exploração cerealífera é maioritária na comunidade camponesa, mas não é a única, devido ao regime alimentar da sociedade medieval. De forma geral, e

devido a esta necessidade de diversificação dos produtos, a comunidade campo-nesa terá a tendência para dividir a terra, organizando-a segundo as possibilidades de exploração mais intensiva, e próximo das casas, destina-se a culturas hortícolas, ficando os seguintes para cereais e vinhas; o anel exterior corresponde às terras de bosque, do qual a comunidade também tira um rendimento considerável, sobretudo de lenhas, resina, produtos alimentares, etc...

Obviamente, não podemos aplicar estas considerações a todo o Ocidente europeu, pois elas pressupõem uma organização extremamente desenvolvida dos terrenos cultivados. No espaço por nós estudado, o vale do Douro, documentamos como se declaram e regulamentam os espaços dedicados a estas diversas culturas através dos forais e da documentação privada, que trata qualquer tipo de transacção comercial (compra, venda, permuta, etc...)<sup>1</sup>:

Com o passar do tempo, o equilíbrio entre estas cinco variantes terá que ser reajustado às novas circunstâncias do desenvolvimento demográfico e à crescente especialização dos terrenos comunitários. É claro que a parte das terras que mais vai sofrer com estas redispersões é a do bosque que, pouco a pouco, se irá acantonando nos contornos do termo, enquanto os prados e as hortas se irão situando próximos aos caudais de água. No segundo anel manter-se-á a exploração cerealífera, já que aproveita em maior proporção que a vinha a humidade do solo adjacente a estes caudais de água. Por fim, no anel exterior junto ao bosque, situar-se-á a vinha, com escassas regas e em terras quase sempre pouco apropriadas ao seu cultivo.

Actualmente, consideramos o cultivo da vinha nesses espaços como absolutamente inadequado e, inclusivamente, duvidaríamos que a produção fosse suficientemente rentável. O certo é que nenhuma das produções altomedievais foi alvo de considerações especiais. Salvo a horta, nenhum destes produtos foi de um estudo que visasse melhorar a rentabilidade do solo, mas o desejo de ver satisfeitas as exigências de cada agrupamento humano, a nível de auto-abastecimento no seu espaço imediato, – conduziu à universalização do cultivo e exploração de todos estes produtos.

<sup>1</sup> Temos, entre outros no Douro, o exemplo do foral de Castelo Rodrigo concedido por Afonso IX de Leão, em 1209; este foral regulamenta a compra do mosto antes de S. Miguel (29 de Setembro); os danos causados nas vinhas; roubos de uvas; corte de árvores ou vinhas; vindimas antes de S. Cipriano; defesa da vinha ou de propriedade queimada; isenção de portagem a quem vá vender vinho; etc... (LENCASTRE, José de – *A Vinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses* – s. IX a XV; «Anais do Instituto do Vinho do Porto». Porto. nº 546 (1953). p. 96). O foral de Castelo Rodrigo encontra-se publicado nos *Portugalia Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, p. 849-896.